

**16. CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA” CONCURSO PÚBLICO: CPE.21.21.DMOSM:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 98º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2021/12/09

Remeta-se à Sr.ª Diretora.

O Diretor do DOM,

09/12/2021

Despacho:

*A ~ do Exmo*

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/12/09

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

## RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Concurso Público: CPE.21.21.DMOSM

Contratação: empreitada de “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA”

Preço base (Pb): €2.960.546,13

Prazo máximo de execução da empreitada: 18 (dezoito) meses.

Identificação do Júri do Procedimento:

Membros efetivos:

Membros suplentes:

## **I – INTRODUÇÃO:**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 07/12/2021, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, e pela Lei 30/2021 de 21 de maio, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **9177/2021**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 136, de 15 de julho de 2021, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

## **II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

## **III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	€ 2.593.500,00	18 meses
2.º	COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	€ 2.774.006,69	18 meses
3.º	HABITÂMEGA CONSTRUÇÕES, S.A.,	€ 2.949.000,00	18 meses
4.º	ARLO, S.A.	€ 2.945.102,14	18 meses
5.º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	€ 2.950.485,31	18 meses
6.º	TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A.	€ 2.959.711,82	18 meses
7.º	RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES, S.A.	€ 2.765.234,59	18 meses
8.º	DGPW, S.A.	€ 2.870.000,00	18 meses
9.º	JOAQUIM PEIXOTO AZEVEDO & FILHOS, LDA.	€ 2.941.255,87	18 meses

#### IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, ter ficado classificado em **1.º lugar**, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€2.593.500,00**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 18 meses.



### **I.1 – Compromisso**

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 79671 de 07/12/2021.

### **I.2 – Caução**

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

### **I.3 – Documentos de Habilitação**

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

### **I.4 – Contrato Escrito**

- ***Minuta do contrato***

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

## **II – Notificação da Adjudicação**

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar Caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

## **O Júri do Procedimento**

**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.21.21. DMOSM****“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: M.KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, com sede na Rua do Portelo nº 7, Parada de Tibães, 4700-187 Braga, pessoa coletiva n.º 506530817, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por ....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por decisão do presidente da Câmara, de 4 de agosto de 2021, ratificada por deliberação da Câmara Municipal de 13 de setembro de 2021, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.21.21.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/ 07010305, de acordo com as informações de cabimento n.º 61353, de 07/07/2021, e de compromisso n.º 79671, de 07/12/2021, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para os anos seguintes, conforme consta da informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 22 de dezembro de 2020.
- c) Por decisão da Câmara Municipal de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*;

d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_

e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados na **U.F. de Nogueira, Fraião e Lamações**, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 2.593.500,00 (dois milhões quinhentos e noventa e três mil e quinhentos euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**  
**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.\_\_\_\_\_



\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas.\_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**  
**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F07 – reabilitação profunda de edifícios**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**  
**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **18 (dezoito) meses**, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**  
**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido *Código*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_ 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante ....., arquivada no respetivo processo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*, e de acordo com o programa de concurso.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 11.º**



**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa **Eng.ª Paula Cristina Monteiro Álvares Pereira** como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@kairos.com.pt** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º**  
**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição,



acidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 15.º** **(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 16.º** **(Foro competente)**

\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 17.º** **(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**

**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**

**(Vigência)**

\_\_\_\_\_ O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.** \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)

Remeta-se ao Sr. Presidente.

*Conrado*

A Diretora da DMOSM,

*2021/11/24*

Despacho: Tomei conhecimento.

O Presidente,

*[Signature]*  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

*21/11/25*

## Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas

### I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Identificação do procedimento:

**Concurso Público: CPE.21.21.DMOSM**

**Contratação: empreitada de "CPE.21.21.DMOSM - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA"**

Preço Base do Procedimento: € 2.960.546,13

Prazo Base do Procedimento: 18 meses

Identificação do Júri: Membros efetivos:

Membros suplentes:

Reunião realizada em: 15/11/2021

O presente relatório documenta os trabalhos de apreciação, análise e avaliação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do **contrato de empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA"** promovido pela Câmara Municipal de Braga. Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (CCP),



aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto alterado pela Lei 30/2021 de 21 de maio.

## II – VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

O júri do procedimento analisou, nos termos determinados pelo Programa de Concurso, as propostas apresentadas e seguidamente avaliou aquelas que foram admitidas por se encontrarem elaboradas e apresentadas conforme os documentos normativos do procedimento e com as prescrições legais, por não se subsumirem a nenhuma das hipóteses de exclusão previstas no artigo 70.º, n.º 2 e no artigo 146.º, n.º 2, ambos do *Código dos Contratos Públicos*.

Na análise e avaliação das propostas foram considerados somente os documentos apresentados pelos concorrentes, não tendo o júri identificado a necessidade de solicitar, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, esclarecimentos sobre as propostas, tendo, portanto, formado a sua convicção exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

Uma vez que, nos termos do disposto no artigo 53.º do *Código dos Contratos Públicos*, **«é concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta»** e que a proposta pressupõe a existência de uma declaração negocial destinada à conclusão de um contrato, nos termos consagrados no artigo 224.º do Código Civil. Nestes termos, o júri constatou, identificando, que se verificou a existência de entidades, que se tenham inscrito como interessados na plataforma onde tramita o procedimento, sem que tivessem apresentado proposta, tais como:

- NORCEP, Construções SA
- JOÃO MATOS & RIBEIRO LDA
- CPW LDA



### III – INDICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS:

Assim, foram apresentadas propostas submetidas pelos concorrentes a seguir identificados:

Identificação do concorrente	Valor da proposta
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	€ 2.950.485,31
TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	€ 2.959.711,82
JPA & FILHOS LDA	€ 2.941.255,87
HABITAMEGA SA	€ 2.949.000,00
RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	€ 2.765.234,59
DGPW, SA	€ 2.870.000,00
M.KAIROS, SA	€ 2.593.500,00
ARLO, SA	€ 2.945.102,14
DAPE, LDA	€ 3.305.615,60
COSTEIRA, SA	€ 2.774.006,69

### IV - ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

Os trabalhos do júri iniciaram-se com a análise das propostas, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não apresentavam vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo-se concluído que da análise, autónoma e individualizada de cada uma das propostas, o seguinte:

EMPRESA CONCORRENTE	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA (Art. 12º do Programa de Concurso)										PRAZO (dias)	Observações
	ANEXO I	DEC. INTENÇÃO ASSOC. JURÍDICA	DEC. PREÇO E PRAZO	LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS PARCIAIS/ CAT. ALVARÁ	PLANO TRABALHOS	PLANO MÃO OBRA	PLANO EQUIPAMENTO	PLANO PAGAMENTOS	MDJ		
ALEXANDRE BARBOSA BORGES SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido
TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido
JPA & FILHOS LDA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	9 meses	Admitido
HABITAMEGA SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido
RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido
DGPW, SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido
M.KAIROS, SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido
ARLO, SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido
COSTEIRA, SA	SIM	N/A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	18 meses	Admitido

Resultando do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos que quando o contrato a celebrar implique o pagamento de um preço, o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

Nessa medida, constituindo o preço base um autêntico parâmetro base que delimita o espectro dentro do qual o caderno de encargos admite que se efetue a concorrência de mercado, a sua violação conduz, imperativamente, à exclusão da proposta.

Assim, e porque assim o impõem as alíneas d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, e não se verificando os requisitos previstos no n.º 6 do mesmo artigo, a proposta da entidade **DAPE LDA** foi excluída por ter apresentado uma proposta de preço contratual superior ao valor base do procedimento.

Por conseguinte, e em resultado da análise das propostas supramencionadas, as propostas das entidades enunciadas no quadro seguinte consideram-se admitidas, transitando para avaliação através da operacionalização do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo VI (Regulamento de análise das propostas).



Identificação do concorrente	Valor da proposta
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	€ 2.950.485,31
TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	€ 2.959.711,82
JPA & FILHOS LDA	€ 2.941.255,87
HABITAMEGA SA	€ 2.949.000,00
RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	€ 2.765.234,59
DGPW, SA	€ 2.870.000,00
M.KAIROS, SA	€ 2.593.500,00
ARLO, SA	€ 2.945.102,14
COSTEIRA, SA	€ 2.774.006,69

## V - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

### Critério de adjudicação:

Os trabalhos de avaliação das propostas empreendidos pelo Júri observaram a disciplina constante do *Regulamento de Análise das Propostas*, que acompanhou o programa do procedimento.

O mérito das propostas foi aferido em função do critério de adjudicação – o da *proposta economicamente mais vantajosa* - preenchido pelos fatores e subfatores seguintes, já previstos no artigo 5.º do regulamento do procedimento:

Fatores	Subfatores	Ponderação	
Preço		70%	100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	
	Programa de trabalhos	50%	

As propostas foram subsumidas aos diferentes fatores e subfatores daquele critério de adjudicação, nos termos e para os efeitos previstos no *Regulamento de Análise das Propostas*. A apreciação de cada uma das propostas em face de cada um dos fatores e subfatores do critério obedeceu à específica metodologia descrita nos respetivos

artigos do regulamento, por aplicação das fórmulas matemáticas e dos descritores também ali consignados.

A ordenação final das propostas resultou da hierarquização das mesmas, obtida em função da pontuação matemática atribuída por cada uma nos diferentes fatores e subfatores e depois de devidamente afetadas, nas respetivas proporções, ao critério de adjudicação mencionado.

**Avaliação das propostas por subsunção ao fator «preço»:**

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator **«preço»** será preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o *preço base* e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a **€0,01 (um cêntimo)**.

A análise das propostas em face do fator *preço* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

Descritor	Pontuação
Preço	$1,00 - \frac{\text{Preço Proposto} - 0,01 \text{ €}}{\text{Preço Base} - 0,01 \text{ €}}$

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator **«preço»** é o seguinte:

Identificação do concorrente	Valor da proposta (€ s/IVA)	Avaliação
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	€ 2.950.485,31	0,0034
TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	€ 2.959.711,82	0,0003
JPA & FILHOS LDA	€ 2.941.255,87	0,0065
HABITAMEGA SA	€ 2.949.000,00	0,0039
RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	€ 2.765.234,59	0,0660
DGPW, SA	€ 2.870.000,00	0,0306
M.KAIROS, SA	€ 2.593.500,00	0,1240
ARLO, SA	€ 2.945.102,14	0,0052
COSTEIRA, SA	€ 2.774.006,69	0,0630



***Avaliação das propostas por subsunção ao fator «valia técnica»:***

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**valia técnica**» foi preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do regulamento (*metodologia e programa de trabalhos*), que participam, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

Para preenchimento do subfator **metodologia**, as propostas foram avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, as propostas foram avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

➤ **Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «metodologia»:**

**Descritor**

- (1) **Pressuposto:** O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo.
- (2) **Pressuposto:** O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.
- (3) **Pressuposto:** Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.
- (4) **Pressuposto:** identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios.

- Concorrente – [ALEXANDRE BARBOSA BORGES SA](#)

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente, embora identifique e enuncie as tarefas críticas, não descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (boa)**.

- Concorrente – [TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA](#)

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente, embora identifique e enuncie as tarefas críticas, não descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (boa)**.

- Concorrente – [JPA & FILHOS LDA](#)

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao pressuposto (2) o concorrente, embora identifique o modo de execução de obras, não descreve o faseamento de obra proposto incluindo a enunciação das várias atividades nem muito menos a respetiva distribuição de meios humanos e materiais.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente não identifica as tarefas crítica, não descrevendo também, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.

Quanto ao pressuposto (4) o concorrente, não identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **0,25 (Má)**.

- Concorrente – [HABITAMEGA SA](#)

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **1 (muito boa)**.

- Concorrente – [RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA](#)

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao pressuposto (1) o concorrente apenas define e identifica um conjunto de orientações estratégicas de senso comum, ou seja, generalista não associadas ao procedimento em causa, baseando-se a descrever o modo de execução das diversas tarefas não as relacionando.

Relativamente ao pressuposto (2) o concorrente apenas define e identifica um conjunto de orientações estratégicas de senso comum, ou seja, generalista não associadas ao procedimento em causa, não definindo claramente qualquer faseamento de trabalhos nem sua distribuição pelos meios humanos e materiais a alocar, baseando-se a descrever as diversas tarefas.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente apenas define e identifica um conjunto de orientações estratégicas e de mitigação de senso comum, ou seja, generalista e não intrínsecas ao procedimento em causa, não descrevendo ainda, de forma lógica e congruente, o caminho crítico proposto.



Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **0,25 (Má)**.

- Concorrente – [DGPW, SA](#)

#### Avaliação

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao pressuposto (2) o concorrente, embora identifique o modo de execução de obras e descreva o faseamento de obra proposto não enuncia, em numero, os meios humanos e materiais a alocar às atividades.

Quanto ao pressuposto (3) o concorrente não identifica as tarefas crítica, nem descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, baseando-se em definir os conceitos associados à temática “caminho crítico”.

Quanto ao pressuposto (4) o concorrente, não identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios, cingindo-se a enunciar fatores de senso comum, ou seja, generalistas e não correlacionados e intrínsecos à empreitada em causa.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **0,25 (Má)**.

- Concorrente – [M.KAIROS, SA](#)

#### Avaliação

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **1 (muito boa)**.

- Concorrente – [ARLO, SA](#)

#### Avaliação



A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Relativamente ao pressuposto (2) o concorrente, embora identifique o modo de execução de obras e descreva o faseamento de obra proposto não enuncia, em número, os meios humanos e materiais a alocar às atividades.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **0,75 (boa)**.

- **Concorrente – COSTEIRA, SA**

#### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **1 (muito boa)**.

#### **➤ Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «programa de trabalhos»:**

#### **Descritor**

- (1) Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si e com a metodologia apresentada.
- (2) Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe, identificando todas as atividades a executar, a calendarização e as relações de precedência.
- (3) Pressuposto:** O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento.
- (4) Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia.

- Concorrente – [ALEXANDRE BARBOSA BORGES SA](#)

#### Avaliação

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA](#)

#### Avaliação

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [JPA & FILHOS LDA](#)

#### Avaliação

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [HABITAMEGA SA](#)

#### Avaliação

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA](#)

#### Avaliação

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [DGPW, SA](#)

#### Avaliação

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [M.KAIROS, SA](#)

#### Avaliação

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.



Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [ARLO, SA](#)

#### **Avaliação**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

- Concorrente – [COSTEIRA, SA](#)

#### **Avaliação**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

#### ➤ **Pontuação das propostas nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos**

Identificação do concorrente	Sub-fator (M) Metodologia	Sub-fator (PT) Programa de Trabalhos
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	0,75	1
TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	0,75	1
JPA & FILHOS LDA	0,25	1
HABITAMEGA SA	1	1
RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	0,25	1
DGPW, SA	0,25	1

M.KAIROS, SA	1	1
ARLO, SA	0,75	1
COSTEIRA, SA	1	1

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «valia técnica» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	0,875
TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	0,875
JPA & FILHOS LDA	0,625
HABITAMEGA SA	1
RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	0,625
DGPW, SA	0,625
M.KAIROS, SA	1
ARLO, SA	0,875
COSTEIRA, SA	1

## VI - ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS POR SUBSUNÇÃO AO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO:

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afetados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,70 \cdot P + 0,30 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “pontuação final de cada proposta”;

«P» representa a “pontuação do preço”;

«M» representa a “pontuação no subfator metodologia”

«PT» representa a “pontuação no subfator programa de trabalhos”;

«PR» representa a “pontuação no fator prazo”.

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	0,0034	0,8750	0,26
TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	0,0003	0,8750	0,26
JPA & FILHOS LDA	0,0065	0,6250	0,19
HABITAMEGA SA	0,0039	1,0000	0,30
RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	0,0660	0,6250	0,23
DGPW, SA	0,0306	0,6250	0,21
M.KAIROS, SA	0,1240	1,0000	0,39
ARLO, SA	0,0052	0,8750	0,27
COSTEIRA, SA	0,0630	1,0000	0,34

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Análise das Propostas, definido no Anexo III do Programa de Procedimento, **em caso de empate**, entre duas ou mais propostas, **serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas obteve no fator do critério com maior ponderação, neste caso, o fator preço.**

## VII - RECOMENDAÇÃO AO ÓRGÃO DECISOR:

Nestes termos, propõe-se:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação e do critério de desempate, nos termos seguintes:

Posição (em função do critério de adjudicação)	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Posição final (em função do critério de desempate)
1.º	M.KAIROS, SA	0,39	NA	1.º



2.º	COSTEIRA, SA	0,34	NA	2.º
3.º	HABITAMEGA SA	0,30	NA	3.º
4.º	ARLO, SA	0,27	NA	4.º
5.º ou 6.º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	0,26	€ 2.950.485,31	5.º
5.º ou 6.º	TEIXEIRA, PINTO & SOARES SA	0,26	€ 2.959.711,82	6.º
7.º	RAMOS E ARAÚJO & FERNANDES SA	0,23	NA	7.º
8.º	DGPW, SA	0,21	NA	8.º
9.º	JPA & FILHOS LDA	0,19	NA	9.º

## VIII – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

O Júri do Procedimento